

CONEXÕES DA HISTÓRIA

GUNTER AXT

Nascido em Nova York em 1939, Robert Darnton graduou-se pela Universidade de Harvard, concluiu seus estudos de mestrado e doutorado na Universidade de Oxford e lecionou, de 1968 a 2007, em Princeton. Em 2007, assumiu a direção da Biblioteca de Harvard, tornando-se responsável por disponibilizar pela internet o conjunto da produção intelectual da universidade, uma das maiores e mais importantes instituições de ensino do mundo.

É autor de diversos livros, como *O Iluminismo como negócio* (Companhia das Letras, 1996), *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII* (Companhia das Letras, 2014) e *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa* (Gaal, 1986), sua obra mais conhecida, traduzida para 19 idiomas. Em seu último livro publicado no Brasil, *Censores em ação* (Companhia das Letras, 2016), compara três sistemas de censura em estados autoritários: a França do Antigo Regime, a Alemanha comunista e a Índia sob o domínio colonial inglês.

Considerado um dos mais proeminentes pesquisadores da história dos livros, Darnton chega ao Brasil em agosto para participar do seminário *Jornalismo: As Novas Configurações do Quarto Poder*, realizado pelo Sesc São Paulo em parceria com a CULT. Na entrevista abaixo, ele fala sobre as relações entre História e Jornalismo e entre Censura e Poder. “Se a censura for tudo, ela não é nada. Por isso, eu tenho muita cautela para não trivializar este conceito”, afirma. →→

**ROBERT
DARNTON,**
um dos mais
renomados
especialistas em
história da França
do século 18,
fala da dificuldade
de o historiador
ter acesso
à realidade

CULT **Você começou sua carreira como repórter no New York Times. Como o jornalismo afetou seu trabalho como historiador?**

ROBERT DARNTON Sempre se diz que o jornal de hoje é o rascunho da história. Tendo sido tanto um jornalista quanto um historiador, devo dizer que discordo disso. Ninguém pode negar a importância dos jornais como fontes históricas, mas as pessoas tendem a esquecer que as notícias, ou *news stories*, como as chamamos em inglês, são de fato histórias – ou seja, narrativas escritas por profissionais de acordo com certas convenções. Você adquire essas convenções (ou, pelo menos, adquiria na época em que eu fui aprendiz no The Newark Star Ledger, em 1959) no próprio treinamento do trabalho: começa como o garoto que tira cópias e depois se torna repórter iniciante, geralmente na seção policial. Como repórter, você vai cobrir um incêndio ou uma cena do crime, e volta correndo para o editor da noite, que lhe diz quantas palavras sua “história” deve ter – digamos 800, o equivalente a uma coluna em um jornal qualquer. E aí você precisa transformar o que viu em uma narrativa com um lide e parágrafos que se organizem de uma determinada maneira. Seu texto corresponde ao que realmente aconteceu? Mais ou menos, mas corresponde também às convenções de escrita jornalística e do que você e seu editor entenderam como a “notícia”. Acredito que a notícia é, ela mesma, uma criação cultural que varia de acordo com o tempo e o lugar. O que era notícia em 1959

“ Então, não acredito que eu, como historiador, tenha acesso direto à realidade, e reconheço que há um elemento de subjetividade na minha própria narrativa

já não é notícia hoje, e tampouco o era em 1859. Do meu ponto de vista, precisamos de uma história cultural das “notícias”. No meu trabalho como historiador social e cultural, tenho tentado lidar com esse tipo de questão. Mas isso é muito diferente de cobrir jornalisticamente um incêndio ou assalto a banco.

Você usa a narrativa jornalística como um ponto de partida para as suas reflexões sobre história cultural. Acredita que discursos jornalísticos sejam uma descrição fiel da realidade? É possível filtrar, como historiador, as múltiplas influências que atuam sobre este discurso?

Eu não diria que as narrativas que eu escrevo são jornalísticas. Elas não seguem convenções como o lide, embora, assim como as reportagens, eu as escreva em inglês claro e evitando o uso de jargões. Mas acredito que nem o discurso histórico nem a pesquisa histórica dão acesso direto à realidade. De fato, estamos sempre interpretando o mundo externo e interno de acordo com pré-concepções que herdamos de nossa cultura, mesmo que tentemos transmitir precisamente a experiência vivida pelas pessoas no passado. Meus livros mais recentes são baseados em pesquisas em milhares de cartas escritas séculos atrás. Estas cartas dizem muito sobre as experiências de seus autores, mas não funcionam como janelas com uma visão clara para o passado. Geralmente, expressam a intenção de alguém que quer muito alcançar um objetivo, como, por exemplo, atrasar o pagamento de uma dívida, ou levar um carregamento de livros ilegais através da alfândega ou ganhar a mão de uma mulher com um grande dote. A dívida, o carregamento e o dote certamente existiram, e pelas cartas é possível reconstruir certos padrões de comportamento, que também existiram. Mas, sejam reais ou não, esses elementos não podem ser apreendidos diretamente. Eles vêm enterrados em material físico – no papel e na tinta – e expressam valores e atitudes peculiares a um certo período no passado. Então, não acredito que eu, como historiador, tenha acesso direto à realidade, e reconheço que há um elemento de subjetividade na minha própria narrativa. Já aprendemos o suficiente sobre a história da escravidão, da guerra, da submissão das vítimas históricas, para estarmos precavidos contra um argumento que coloque estas experiências como nada mais que ideologia.

Ao escrever sobre cultura, você fala também sobre política e vice-versa. Essas instâncias são articuladas por uma concepção específica e simbólica de poder? E qual é o seu entendimento cultural sobre poder?

Concordo que existe uma forma de poder que sai do cano de uma arma. Eu não tiro a validade da dúvida de Stalin quando ele questionou quantas divisões militares estavam sob o comando do Papa. Eu não minimizaria o efeito da lâmina da guilhotina que corta o pescoço de um prisioneiro. A história, como a entendo, deveria reconhecer a qualidade irredutível do poder exercido em diversas circunstâncias. Entretanto, palavras, imagens e sons também produzem efeitos poderosos. É difícil imaginar uma forma de afirmar o poder que não tenha uma dimensão simbólica – e certamente, essa forma não está na queda da guilhotina ou na aparente cegueira de uma revolta de rua. Quando os revoltosos atacaram as padarias na Paris do século 18, foi porque eles tinham uma noção de “preço justo”, e a escalada do preço do pão violou este senso de justiça. Até a violência que consideraríamos injusta tem um caráter simbólico, como é o caso de manifestações anti-semitas ou racistas. É difícil imaginar qualquer ação coletiva, por mais violenta e horrível que seja, que não seja ao mesmo tempo uma declaração sobre poder.

Como você passou a se interessar por censura como objeto de pesquisa? E como estudou o assunto?

Eu sempre me deparava com o tema da censura quando trabalhava nos Arquivos Nacionais de Paris. (Enquanto me aprofundava na disciplina que hoje chamamos de a história dos livros, me tornei mais e mais fascinado pelas formas de intervenção do Estado sobre a natureza dos livros. Quando encontrava casos assim, eu tomava nota em fichas catalográficas, que acumulei em caixas de sapato – um modo de trabalho que parece arcaico hoje. E em algum ponto eu senti que havia chegado a uma compreensão adequada sobre como a censura funcionava na França do século 18. Depois, passei o ano de 1989 e o começo de 1990 em Berlim, e por sorte, graças a contatos entre escritores e editores da Alemanha Oriental, consegui conhecer dois censores logo depois da queda do Muro de Berlim. Eles concordaram em ser entrevistados, a entrevista levou a uma pesquisa nos arquivos do Comitê Central do Partido Comunista e, enquanto mais fichas catalográficas preenchiam mais caixas de sapatos, eu pensava que havia entendido a forma de ação dos censores em um Estado totalitário contemporâneo. Então, cogitei a possibilidade de montar um livro, em vez de apenas escrever artigos. Como eu sempre fui fascinado pela Índia Britânica, no século 19, achei que seria um ótimo estudo complementar aos dois primeiros: três regimes autoritários em três países diferentes e em três séculos sucessivos. Era uma oportunidade de tentar uma história comparativa e, ao mesmo tempo, perseguir um assunto fascinante em si mesmo, mas que também requeria uma conceituação inovadora. Pensei: uma mesa com três pernas pode ficar de pé, mesmo que se equilibre melhor em quatro. Então escrevi o livro.

Você mostra que, durante o Antigo Regime, um livro era uma “dádiva” vinda do rei, e que a censura era até bem vista, funcionando então como uma validação da realeza e um convite à leitura. Este sistema parece bizarro atualmente, mas você acredita que, de alguma forma, ele lembra o funcionamento das grandes editoras nos Estados Unidos? Ou, ainda, acha que se parece com o sistema de revisão por pares em que a academia se baseia? Ou seja: as opiniões dos censores do século 18 e suas formas de operar seriam similares aos métodos acadêmicos atuais?

Quando entreguei o manuscrito do meu livro sobre censura para o meu editor na W.W. Norton, em Nova York, ele ficou surpreso com alguns dos meus argumentos, especialmente sobre o funcionamento da censura na Alemanha Socialista. “De alguma maneira, é muito parecido com o que eu faço”, disse. Ele também filtra ideias, corrige frases, tenta melhorar a qualidade e, no limite, seleciona o que será impresso. A diferença, é claro, é que ele não é um funcionário público e não tem como tarefa central a defesa de uma linha partidária estabelecida pelo Estado. Posso compreender o argumento marxista de que o mercado funciona como um sistema de censura. Também aprecio os argumentos freudianos sobre a censura inconsciente, presente sempre que pensamos e agimos. Restrições existem em todas as formas de comunicação. Então tudo pode ser considerado censura. Mas se a censura for tudo, ela não é nada. Por isso, eu tenho muita cautela para não trivializar o conceito de censura. Da forma que eu compreendo, censura envolve o exercício de poder pelo Estado ou por um agente similar, como a Igreja. ■ **TRADUÇÃO** HELÔ D'ANGELO